



SINDICATO DE TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DE BAURU, MATO GROSSO DO SUL E MATO GROSSO FILIADO A CUT-FNITST

Ferrovia fora de Rumo

Desde que a ALL iniciou o processo de desmonte e desativação da ferrovia, uma série de especulações começaram a circular no meio ferroviário, sobre a possível reativação do transporte, especialmente no Mato Grosso do Sul.

A direção do sindicato procurou as autoridades e denunciou a flagrante quebra do contrato de concessão, solicitou o empenho do governador do Estado de Mato Grosso do Sul, do Ministério Público Federal para agirem no sentido de auditar e executar o contrato de concessão, cobrando os prejuízos causados ao patrimônio público, aos trabalhadores e a população.

O governador do Mato Grosso do Sul, desde que houve a desativação, iniciou uma jornada de tratativas visando construir uma saída para a imediata reativação, reuniões com a bancada federal do MS, com os usuários do transporte, com a empresa RUMO/ALL e contatos improdutivos com a ANTT. Dessas reuniões saíram estudos de viabilidade, projetos e propostas que demonstraram, de forma cristalina, a demanda reprimida e urgente do transporte de cargas no Estado e a viabilidade da nossa ferrovia, tão questionada em outras oportunidades.

Todo o trabalho empenhado pela reativação esbarrou na falta de interesse da ANTT e da empresa RUMO/ALL, que não confessam que já decidiram pela desativação do trecho, situação que mais favorece a seus interesses. A única ação

efetiva de manutenção do transporte foi obtida por decisão judicial concedida a uma empresa Selometal (transbordo) que fez valer o seu contrato e esta transportando seus produtos. No entanto, mesmo sofrendo a condenação, a RUMO/ALL continua descumprindo o contrato e ANTT não toma nenhuma providência.

Tomamos conhecimento que está na mesa da ANTT, uma solicitação da empresa Ferroviária Oriental da Bolívia, para a utilização do trecho Corumbá, Campo Grande no transporte de produtos de exportação e importação, não sabemos as condições de como se dará a utilização. Na eminência de que algo novo aconteça, a empresa RUMO/ALL iniciou processo de contratação de trabalhadores para a via permanente e que outros poderão ser contratados, mas o número é insuficiente diante das demissões ocorridas anteriormente.

A situação da nossa ferrovia é o resultado das privatizações e também da ANTT criada para regulamentar o setor de transporte e fiscalizar o cumprimento dos contratos de concessões ferroviárias, mas servem como escritórios de apoio para os interesses das empresas que saqueiam o dinheiro público em detrimento dos interesses do povo.

O Sindicato sempre lutou e continua lutando em defesa das ferrovias e dos ferroviários e esse caminho passa necessariamente pela reestatização.



GEOTERRA

No dia 28/06/2016, estivemos em Três Lagoas para reunião com os trabalhadores, para discussão e aprovação da pauta de reivindicações a ser entregue a empresa visando o acordo coletivo 2016/2017. Em 04 de julho tivemos a primeira reunião com os diretores da empresa, que ficou de nos enviar a contra proposta. Estaremos analisando as propostas e encaminharemos aos trabalhadores todas as informações para que eles possam avaliar, e aceitar ou não as condições propostas. Inicialmente informamos que a empresa propôs índice zero de reajuste, como se nossos salários não estivessem sendo consumidos pela crise.

Valec- Ativos, aposentados e pensionistas

Campanhas Salariais 2015 e 2016

No dia **05 de julho de 2016**, em contato telefônico com a Gerente de Recursos Humanos, **Leolina Leal Stemberg**, da empresa VALEC, tratando sobre os Dissídios Coletivos de Trabalho nºs TST-DC-20901-42.2015.5.00.0000 e 18153-37.2015.5.00.0000, dos empregados oriundos da extinta RFFSA (com extensão somente do índice de reajuste para os Aposentados e Pensionistas complementados), prestou as seguintes informações:



a) Está prevista Audiência de Conciliação no TST para o **dia 20 de julho de 2016**, para assinatura dos acordos;

b) Parâmetros dos acordos foram discutidos em reunião no TST, e estão contidos na "**Despacho do Vice-Presidente do TST, Emmanoel Pereira**, datado de 20/06/16 - **1. ACT 2015/2016**.

1.1 Manutenção de cláusulas sociais, inclusive as de conteúdo econômico (tíquete, auxílio materno infantil, etc, com reajuste das últimas pelo IPCA cheio (8,05)%;

1.2 Reajuste Salarial de **5% (cinco por cento)** quanto à data base de **2015/2016**;

1.3. Reajuste de **6,4% (seis vírgula quatro por cento)** quanto à de **2016/2017**.